

Lúcio Costa e o papel social do arquiteto: os espaços coletivos do habitar a superquadra de Brasília e Alagados

Lúcio Costa and the social role of the architect: the collective spaces of inhabiting the superblock of Brasilia and Alagados

Tânia Ramos¹⁰, Catiele Lima¹¹, César Canova¹²

Resumo

Lúcio Costa (1902-1998) assume posição de proa na produção arquitetônica e urbanística brasileira, seja pelas suas intervenções como arquiteto de projetos habitacionais e institucionais, seja como autor de planos urbanísticos, seja ainda pela influência que exerce no contexto sociocultural que marcou o século XX. Perante o quadro existente procurou-se analisar duas propostas de habitar deste autor sobre a evolução dos modos de morar incidindo sobre as superquadras de Brasília e o bairro habitacional em Alagados - Salvador. Em ambos se destaca o papel social que Lucio Costa procurou construir na sua obra teórica e prática, procurando compreender a interdependência entre projetar, construir e viver.

Palavras-chave

Lúcio Costa, superquadra de Brasília, Alagados, espaços coletivos do habitar.

Abstract

Lúcio Costa (1902-1998) assumes the prone position in the Brazilian architectural and urban production, either for his work as an architect of housing and institutional buildings, either as urban plans, or as the influence in the sociocultural environment which marked the twentieth century. Based in this framework, this article sought to examine two housing proposals of this author on the evolution of living modes, focusing on Brasilia superblocks as well as the residential neighborhood in Alagados - Salvador. Both cases highlight the social role that Lucio Costa sought to build on his theoretical and practical work seeking to understand the interdependence of design, build and living.

Keywords

Lúcio Costa, superblock of Brasilia, Alagados, collective spaces of dwelling.

Introdução

“O enfoque do arquiteto como profissional que exerce atividade que pode ser identificada como uma prática revolucionária, apta a alterar ou a participar da alteração de um sistema social, talvez tenha emergido entre nós quando do surgimento da arquitetura moderna no Brasil, por sua vinculação com as técnicas mais atuais de construção. Isso poderia demonstrar que o arquiteto que se utilizasse das novas técnicas estaria igualmente se insurgindo contra a prática convencional da arquitetura, a serviço de uma sociedade esclerosada e anacrônica.” (Amaral, 2003, p. 278)

Neste artigo a relação entre Arquitetura e Sociedade é analisada por meio da obra de Lúcio Costa, que por sua vez é evidenciada na Arquitetura Brasileira pelas intervenções adaptadas do Movimento Moderno. Dessa relação emerge o diálogo entre a conformação do espaço enquanto espaço construído ou projetado e a sua apropriação - enquanto espaço vivido, fruto de um debate que incide necessariamente sobre o papel social do arquiteto e o impacto causado por uma nova arquitetura num determinado meio. Amaral (2003) salienta que se percebem as possíveis formas de atuação do arquiteto: a) enquanto profissional que altera um sistema social; b) ou enquanto profissional que participa da

¹⁰ Arquiteta pela Universidade de Brasília e Doutora em Engenharia do Território (2003) pelo Instituto Superior Técnico, UTL/Universidade de Brasília. É Pós-Doutora em Sustentabilidade Urbana (2007). Docente e investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, CLAUD da Faculdade de Arquitetura, FA-ULisboa. E-mail: taniaramos@fa.ulisboa.pt

¹¹ Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes - Unit Sergipe (2013). Aluna do curso de Doutorado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, E-mail: catielelima@hotmail.com

¹² Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - FAUPUCRS (2013). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq em Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade - Sustenfau/PUCRS (desde 2007). Aluno do curso de Doutorado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: canovacr@gmail.com

alteração de um sistema social. Apesar de sutil, a diferença entre alterar e participar da alteração de um dado sistema social demonstra formas diferentes de entender a Arquitetura. Este artigo pretende salientar que a obra de Lúcio Costa (e seu impacto na Arquitetura Moderna Brasileira evidencia essas duas atitudes perante a sociedade). Para tanto, serão abordados os casos das superquadras de Brasília e do projeto para Alagados (Bahia).

Dentro do entendimento da Arquitetura enquanto transformadora do sistema social, faz sentido salientar que a Arquitetura Moderna Brasileira adquiriu o caráter de vanguarda, em consonância com as demais vanguardas artísticas do início do século XX. E como vanguarda, corria o risco de romper com o passado, pela proposição de arquiteturas que buscassem dar novo significado à identidade social. Neste sentido, dotar a sociedade de um caráter sensível e identificável através da arquitetura é algo frequentemente evidenciado na obra de Lúcio Costa; as críticas, seja elas positivas ou não, destaca Brasília como uma obra marcante tanto ao nível nacional como internacional, sendo reconhecida pelo impacto causado na população que procurou ajustar-se a uma nova imagem de cidade e a um novo modo de morar. O estudo das superquadras de Brasília permitirá evidenciar a postura do arquiteto ao determinar uma nova maneira de viver sugerida pelo projeto (Ramos, 2006, p.271).

O trabalho relaciona-se também com um outro objetivo que passa pela compreensão de Lúcio Costa quanto à arquitetura como coadjuvante na transformação da sociedade, associada inicialmente ao caso de Alagados, em Salvador. Nesse contexto, é possível identificar na obra de Lúcio Costa uma preocupação em adequar as novas técnicas de construção à realidade histórica do meio em que se inserem tal como refere Montaner (2001, p.31): "...alguns dos mestres – o próprio Le Corbusier – assim como os membros da seguinte geração – Lucio Costa, Arne Jacobsen, Josep Lluís Sert – recorreram às figurações populares e à arquitetura vernacular, tentando aprender os detalhes técnicos tradicionais. Frente à uma incipiente consciência da insuficiência da linguagem e da tecnologia moderna, estas referências vernáculas tinham como objetivo outorgar ‘caráter’ expressivo e ‘sentido comum’ construtivo”.

É preciso apontar para a preocupação social intrínseca no desenho urbano, o caráter de mediar a relação entre a arquitetura e o habitante como meio de conceder apropriação e melhor convivência. Para alcançar este objetivo escolheu-

se como estratégia técnica-metodológica: a análise documental, ou seja, procura-se analisar nos projetos mencionados, nos memoriais descritivos que os acompanharam e nos textos publicados pelo arquiteto relacionados ao tema aqui abordado, as convergências entre teoria e prática que incidem sobre o espaço construído e o espaço vivido na obra de Lúcio Costa. Serão referenciadas pesquisas anteriormente desenvolvidas que demonstram características relevantes para o estudo proposto e evidenciam a importância do arquiteto abordado e de sua obra para a conformação da Arquitetura Moderna Brasileira.

1. Lúcio Costa e a renovação da arquitetura

“Sua obra ganha corpo entre histórias e casas, cidades e natureza. Foram inúmeras as tentativas de precisar fatos e escolhas, de aplainar, suavizar, equilibrar, dar proporção a incertos terrenos. Décadas de palavras e traços a indicar uma proposta, o caminho das formas que pudessem favorecer uma sociedade mais humanizada.” (Silva, 1991, p. 90)

O conhecimento arquitetônico nacional e internacional sobre a produção moderna não prescinde da contribuição do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que também atuou como historiador, teórico do moderno e do patrimônio (Lima, 2013, p. 8) e alcançou posição proeminente na renovação da arquitetura sob a égide sociocultural da identidade brasileira.

Neste sentido, Lúcio elaborou textos críticos que serviram como diretrizes para arquitetos e urbanistas, não só no seu tempo como também nos dias atuais. Liderou de forma consciente a disseminação dos pensamentos modernos atrelados à tradição local, contribuindo assim para a legitimação da identidade arquitetônica brasileira. Lúcio Costa acreditava que o conhecimento do passado poderia trazer na memória elementos significantes que projetaria um futuro mais coerente ao modo de vida da altura. “É através das coisas belas que nos ficaram do passado, que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do tempo vivo para sempre porque entranhado na arte” (Costa, 2010, p.17).

O discurso de Lúcio Costa foi claramente construído na cadência ritmada da memória. O passado era entendido por ele, como uma imperativa continuidade no presente, enquanto o futuro era visto como meio de leitura da evolução

social. “Espécie de mediador entre essas instâncias, o ser moderno, apresentado como historicamente necessário, cumpriria o propósito de afirmar a funcionalidade do passado e indicar o conhecimento histórico como condição do nosso devir” (Nobre, 2004, p.123).

Neste cenário, Lúcio debateu-se com a posição oposta adotada pelos profissionais envolvidos neste percurso que aceitaram a visão de demolição da expressividade existente no passado, cabendo aos defensores do moderno, arquitetos e alunos de arquitetura contemporâneos desta época, apresentar o novo horizonte sustentado pela modernidade.

Interessa observar a posição de Lúcio Costa como decifrador neste cenário. Os direcionamentos em meio à confusa situação intelectual dos profissionais vieram sobretudo do equilíbrio entre a visão significativa de um passado e da história progressiva, uma sequência linear na qual a sua palavra esclareceu o contexto. Lúcio Costa emergiu - naquela que deveria ser a inerente função de todo e qualquer arquiteto - com a leitura da necessidade implícita, mas não explícita.

A análise de uma arquitetura do passado no tempo presente sob a ótica de Lúcio Costa produziu novas formas de olhar nos atores contemporâneos incluindo os mais “desavisados”. Aos poucos o cenário foi se alterando; o habitante foi se apropriando dos espaços concebidos, urbano e arquitetônico, ao passo que também o modificava gerando assim novas relações estéticas. O novo ritmo delineava-se, as respostas evocadas pelo arquiteto surgiram naturalmente frente às verdades expressas pelo “popular”. A solução estava no olhar acutilante de Lúcio Costa aliado à arquitetura.

Sabendo-se que para Lúcio Costa a arquitetura está indissociavelmente ligada ao contexto social na qual está inserida, ambos se constituem como elementos intrínsecos, os quais na sua relação formam o presente. Na verdade “(...) pois o nosso “pequeno drama” profissional está indissolivelmente ligado ao grande drama social – esse imenso puzzle que se veio armando pacientemente peça por peça, durante todo o século passado e, neste começo de século, se continua a armar com muito menos paciência.” (Costa, 2010, p. 41).

No entanto, é coerente salientar que o resultado de todo este processo evidencia o papel do arquiteto como parte integrante e indispensável do todo, conquanto deva estar ciente da sua responsabilidade em ordenar plasticamente espaço e volumes decorrentes, “em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado

programa e de uma determinada intenção” (Costa, 2010, p. 21) a fim de conceder um lugar de apropriação e melhor vivência ao habitante.

A atuação do arquiteto faz-se individual; no entanto, é força motriz no contexto social, descartam-se espíritos aliciados pelo seu próprio ego e/ou qualquer condicionante que afete negativamente o processo evolutivo da relação arquitetura e habitante. “De todas as artes é, todavia, a arquitetura – em razão do sentido eminentemente utilitário e social que ela tem – a única a que, mesmo naqueles períodos de afrouxamento, não se pode permitir, senão de forma muito particular, impulsos individualistas”. (Costa citado por Xavier, 2003, p. 24).

O ato de projetar materializa a palavra, a vivência pessoal e profissional do arquiteto, como também as concepções que consegue alcançar nas inter-relações entre formação social, econômica, histórica, técnica, estética e construtiva. Neste sentido, é papel do arquiteto encontrar respostas à problemática incipiente a toda e qualquer necessidade arquitetônica.

2. Procedimento Metodológico

Tendo em vista as diferentes vertentes para as quais a trajetória profissional de Lúcio Costa se direcionou, faz-se imprescindível caracterizar ao pormenor o que se pretende analisar. Dentro da preocupação em criar uma arquitetura brasileira – talvez a principal vertente –, os elementos que constituem o cerne da arquitetura moderna ganharam funções específicas para as tipologias construtivas realizadas, assumindo um caráter coletivo. Essa atitude se demonstra significativamente nos espaços coletivos do habitar, caracterizados por áreas externas ao fogo, em que se desenvolvem atividades de cunho social público e, portanto, coletivas. Tomando como exemplo o pilotis quando utilizado por Lúcio, percebe-se a intenção de remeter seu uso à tradição e à cultura de se apropriar do espaço natural, mimetizando as palafitas de construções ribeirinhas, propiciando espaço livre para as crianças ou relacionando espaços públicos com diferentes identidades.

Como casos de estudo, pretende-se analisar as propostas: a) das superquadras do Plano Piloto de Brasília (1957); b) e do projeto para Alagados (1972). Pretende-se identificar nas obras propostas para análise, os propósitos e as características que apontam para as posturas assumidas pelo arquiteto moderno perante a transformação da sociedade: o de determinador do caráter social, comumente associado ao primei-

ro caso de estudo; e o de mediador entre um caráter social já existente e uma nova arquitetura, relacionado com o segundo caso. Neste contexto foram selecionadas duas áreas cujo desenho urbano é desenvolvido em períodos temporais distintos, embora se encontre o segundo também em Brasília, numa fase posterior à inauguração da capital. Diferenciadas socialmente, a aplicação de inquéritos à população residente mostrou um resultado similar, referido neste artigo como percepção dos habitantes e transformação por parte dos usuários.

3. As superquadras de Brasília

“A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras”. (Costa, 1987, p. 116).

Considerando os contributos para a arquitetura moderna, a superquadra foi pensada e criada para um modo de vida não configurado até então. A juntar-se a este dado novo é preciso lembrar que se tratava de “uma população de origem distinta, muitas vezes fruto de imposição

profissional” (Ramos, 2009), devido à necessária migração para a nova capital. Lúcio Costa infere que na aceção da superquadra “a intenção foi fazer uma vida agradável, mas caracterizada como uma cidade de fato administrativa, com características próprias, bem definidas, de significado” (Costa, 2013, p. 96)

O envolvimento da população deu-se pela resposta à solicitação de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República (1956-1961) para que se concretizasse a transferência da capital, aliada à campanha em associar Brasília ao espírito de progresso nacional que propulsionava a construção de uma identidade a partir dos princípios da arquitetura moderna: é na superquadra que os cinco pontos da arquitetura moderna adquirem uma escala que extrapola o edifício para a escala urbana. Cabe salientar, portanto, um possível estranhamento por parte do habitante diante da arquitetura nova que se propunha, e a escala que esta assumia.

Neste sentido, não se pode afirmar que a apropriação do espaço pela determinação de um sentido de pertencimento tenha sido imediata; esteve de fato, por algum tempo, “suspensa” (Ramos, 2009, [periódico em linha]). Ou seja, durante algum tempo a vida esteve suspensa, dividida entre o existente e o conhecido, e o futuro e o desconhecido, perplexa, entre a admiração e surpresa pela efetiva construção da nova capital e as expectativas pós mudança. (Ramos, 2009).

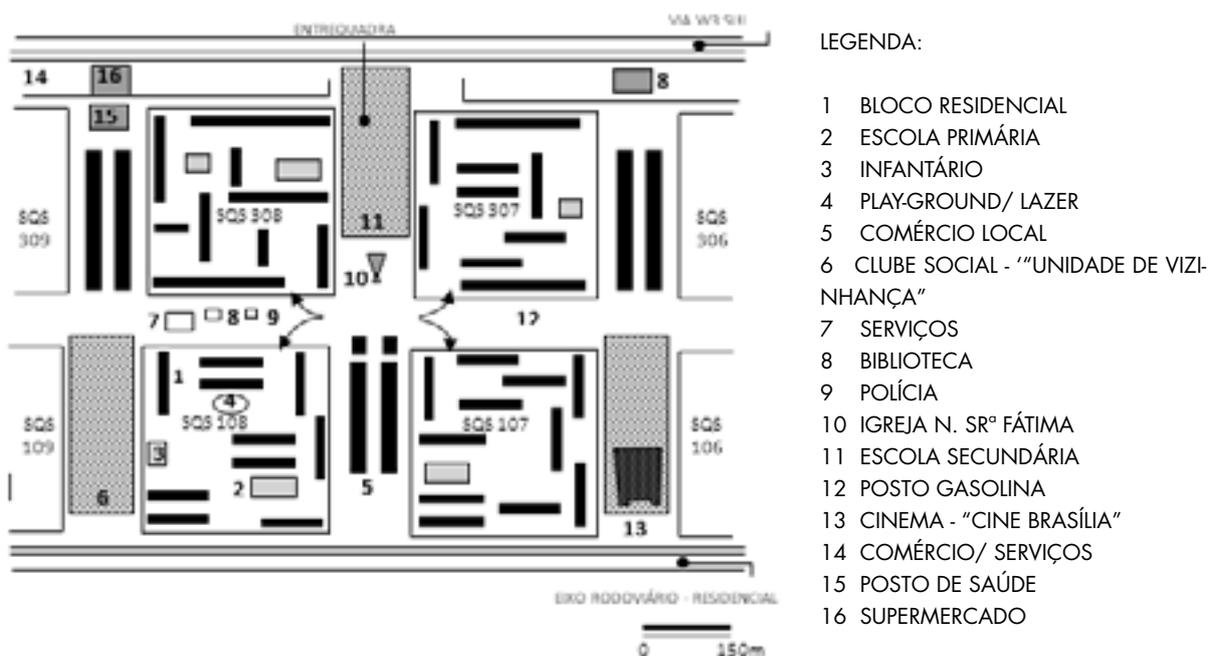


Figura 1 – Unidade de Vizinhança de Brasília

Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006

A definição da concepção do conjunto da superquadra como um embrião de uma nova maneira de viver (Costa, 1986) aponta para o entendimento do espaço como organismo vivo. Nesta organogênese versa-se uma clara relação de simbiose; de um lado, o arquiteto induz uma tipificação do comportamento mediante projeto; do outro, o habitante modifica-o conforme sua noção de necessidade. Tais ações conformam etapas na evolução do espaço, desenvolvimento processual progressivo, que define no comportamento das partes a expressão do todo. A superquadra se configura, portanto, como elemento inovador no habitar moderno e envolve um modo de morar que percorreu um caminho próprio: o da adaptação, do ajuste às circunstâncias proporcionadas em diferentes momentos da história da construção da cidade (Ramos, 2009).

O conjunto de quatro superquadras denomina-se Unidade de Vizinhança, pois integra os equipamentos escolares de uso cotidiano e os complementares do “bairro” conforme indicados na legenda a seguir (Figura 1).

Esta adaptação decorrente da apropriação do espaço construído como espaço vivido é evidenciada por Lúcio Costa em “Brasília Revisitada” (1987), quando infere que “o projeto era uma coisa e ficou outra”, sem atribuir um juízo de insucesso a esta característica. Reitera, no entanto, que muito do que fora planejado permaneceu e dá caráter à cidade: cidade serena; diferente das demais cidades brasileiras em geral; com personalidade própria. Costa faz a ressalva de que essa permanência de características do plano inicial, mesmo que adaptadas, não diz respeito a uma atitude autoritária na concepção do projeto; ressalta que Brasília não se tratava, já na sua gé-

nese, de uma cidade “anti-humana”, mas preocupava-se em proporcionar espaços agradáveis para a vida e a cultura.

A constante preocupação em estabelecer uma vida comunitária agradável, levando sempre em consideração a interação por parte dos diferentes níveis socioeconômicos, demonstra uma atitude preocupada socialmente com as repercussões que a vivência do espaço construído trariam para a conformação de uma arquitetura brasileira. Se por um lado Costa (2010) referencia elementos do espaço público de sua obra à tradição brasileira mais próxima, através de uma escala onde a altura é limitada a seis pavimentos, por outro lado remete também à obra de Le Corbusier, o qual dispõe os equipamentos quotidianos de bairro no próprio prédio, por meio de galerias de acesso ou “rua corredor” do projeto da Unidade da Habitação de Marselha. A preocupação em ter algo próprio da cultura brasileira é demonstrada também nas entrequadras, tidas como as faixas intermediárias destinadas a implantação de jogos, clubes e recreios.

“As crianças ficam naturalmente controladas pelo fato dos prédios e do enquadramento verde definir a área, e pela própria presença dos porteiros que conhecem as famílias que estão aí, independente de qualquer outra fiscalização mais rigorosa, de modo que a sensação de liberdade é total”. (Nobre, 2010, p. 207).

Nota-se, portanto, no projeto da superquadra uma dupla relação entre o espaço e o uso. O “novo modo de vida” é determinado pelo espaço que tem como base as diretrizes do Movimento Moderno; ao mesmo tempo, o espaço é concebido a partir da preocupação em integrar faixas etárias diversas e diferentes níveis econômicos, retratan-



Figura 2 – Superquadra de Brasília: espaços coletivos
Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006



Figura 3 – Cobertura coletiva em edifício habitacional de Brasília
Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006

¹³ Aqui, este termo corresponde especificamente aos espaços livres entre os blocos, sendo o bloco produto do Movimento Moderno isolados nas suas quatro faces

do o modo de ser já implícito no ser brasileiro. Em outras palavras, “fé num mundo diferente e num Brasil melhor”, sem que fossem alteradas “as características fundamentais do nosso modo brasileiro de ser” (Costa, 2010, p. 20).

O vai-e-vem da legislação permitiu a construção do sétimo piso dedicado ao lazer individual ou coletivo desvirtuando o plano de Lúcio Costa. Curiosamente este ponto do moderno corbusiano não é aplicado pelo projetista. Lembre-se que ao transferir os espaços coletivos¹³ do piso térreo para a cobertura, este piso térreo fica delimitado pela “projeção” da edificação no solo que permite o seu atravessamento, isto é, o “chão” de Brasília é público na totalidade das superquadras. (Figura 3).

Atualmente, o sétimo piso está fora da legislação. A constatação é de que, quanto mais o projeto apresenta a preocupação em conceder espaços coletivos entre as unidades habitacionais, menor é a insatisfação do habitante dentro do seu próprio espaço. A escolha de Lúcio Costa em não utilizar o referido ponto corbusiano, em um primeiro momento, demonstra teoricamente a importância em direcionar a interação social através dos sistemas distributivos de funcionais espaços coletivos. Em um segundo momento, a prática ratifica sua teoria.

4. Alagados (1972), Salvador

Toma-se para o segundo caso de estudo o projeto de Alagados, encomendado pela Câmara Municipal de Salvador ao arquiteto e urbanista Lúcio Costa na década de 1970. A proposta consistia essencialmente em apresentar diretrizes arquitetônicas e urbanísticas relativas à sistemática expansão urbana da cidade.

O “espraiamento suburbano”¹⁴ de Alagados “caracteriza-se por um aglomerado de palafitas iniciado nos anos 40 do século XX” (Soares e Espinheira, 2006, p.3). Nesse sentido, a proposta visa intervir num espaço já conformado, tendo como principal agravante a ausência de condições dignas de habitabilidade e salubridade (Figura 4).

“Não se diga que se trata de população não qualificada e marginal, a ser removida alhures, porquanto recuperada a área, não terá condições de ali permanecer, pois se eles ali estão agora e assim, ali devem continuar”. (Costa, citado por Costa, 2013, p. 96). As primeiras percepções elucidadas por Lúcio Costa no memorial do projeto (Costa, 2013) solicitado demonstram uma real preocupação em inter-relacionar a arquitetura

com o aspecto social retratado, a fim de promover soluções apropriadas à realidade local. Este fato conduz o arquiteto à imperativa necessidade de despertar a consciência para o problema, como o de oferecer uma solução adequada. São



Figura 4 – Palafitas em Alagados

Fonte: Carvalho, 2002

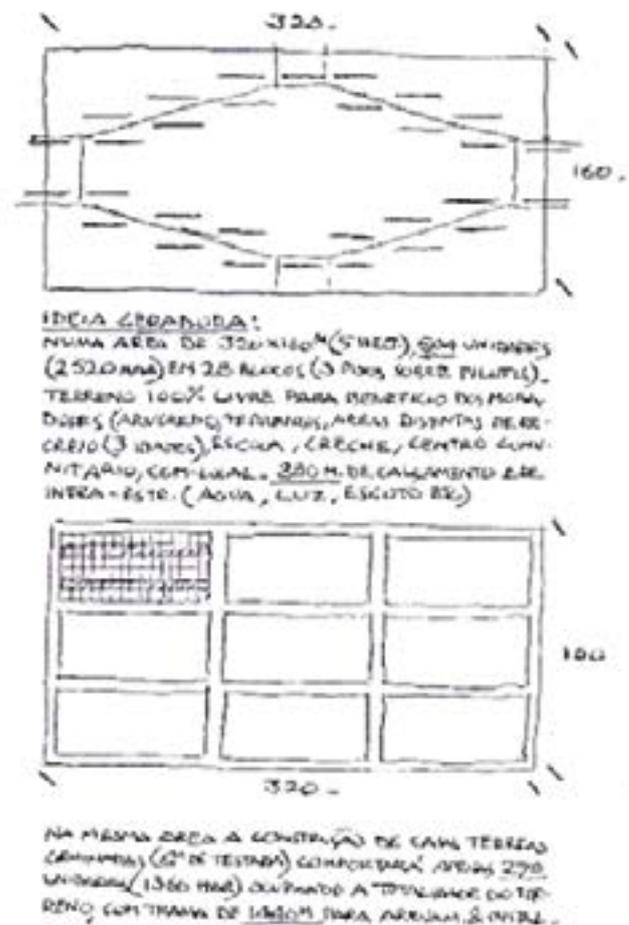


Figura 5 - Ideia geradora Setor ampliado do projeto de Alagados

Fonte: Costa, 2013, p. 96

¹⁴ Definição do arquiteto em relação ao alastramento extenso dos loteamentos e mais loteamentos de terrenos mínimos.

propostas soluções tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista técnico.

Neste caso, o arquiteto concentra-se diretamente na tentativa de aliar arquitetura e habitante dentro do contexto existente; é a intenção de integrar uma população já pertencente a um dado espaço à transformação decorrente de uma nova arquitetura. “Trata-se apenas de vencer a inércia, o ponto morto em que ainda estamos. E um dos meios – além de exportar – é precisamente esse de propiciar condições de habitação mínima decente, o que induzirá gradativamente cada família ao desejo de melhorar a própria condição, de progredir. O resto virá por si”. (Costa citado por Costa, 2013, p. 94).

A possível interpretação de que o papel do arquiteto é motivar a transformação social fica evidente no caso de Alagados, uma vez que Lúcio Costa (2010) traz à tona a importância em “providenciar o levantamento das condições de vida de cada família, fazer a necessária triagem e programar um melhor encaminhamento ou a devida recuperação, conforme o caso” (Costa, 2010, p. 72) isto é, apesar de entender que é preciso propor uma nova arquitetura, reitera que a tarefa do planejador consciente da sua responsabilidade social deve ir além das edificações.

Essa preocupação sociológica na concepção do espaço é formalmente evidenciada pela proposição de locais de comércio, de serviço de assistên-

cia social com pequenos ambulatórios, da escola primária (Figura 5). O arquiteto prevê também áreas entre os conjuntos de edificação definidos em cada quadra (ou losango), com o intuito de garantir lugares de convívio para as várias faixas etárias.

A projeção da dinâmica de uso pelos habitantes, na relação com os espaços privativos e coletivos, é constatada no estímulo ao sentido de propriedade, pelo qual “a casa adquirida deverá servir para vida inteira e, portanto, comportar várias fases da evolução familiar”. Continua Costa: “de início, para o casal de ex-favelados, com um ou dois filhos, o apartamento parecerá folgado; mas a medida em que a família aumenta a exiguidade do espaço se revela. Há, então, dois períodos distintos a considerar. No primeiro, os filhos, recolhendo-se os pais novamente ao quarto, até que, com o tempo, ocorre afinal a dispersão e o espaço exíguo cresce de novo” (Costa, 2010 citado por Costa, 2013, p. 98).

Tipologicamente, podem-se também apontar diretrizes projetuais que visam relacionar a idealização de uma nova arquitetura com a tradição construtiva local. O pilotis é proposto com a responsabilidade de reforçar esta ideia de integração: a crítica arquitetônica frequentemente evidencia a conexão deste elemento construtivo com as casas de estrutura de madeira sobre palafitas. Esta proposição reivindica para a arquitetura brasileira uma ancestralidade mais nobre (Silva, 1991) e faz alusão à identidade cultural dos Alagados, assim como Leite e Ramos (2013).



Figura 6 – Inauguração das Quadras Econômicas de Brasília – Adaptação do Projeto de Alagados
Fonte: Costa, 2013, p. 105.

Considerações finais

A Obra de Lúcio Costa representa sem dúvida uma referência histórica para o entendimento da gênese da Arquitetura Moderna Brasileira. Mantém-se atual, no entanto, por buscar um sentido real para a Arquitetura: uma arte que abriga a vida. A aparente ambiguidade proposta no início deste estudo entre duas possíveis atitudes do arquiteto moderno perante a sociedade tem seu fim na análise das relações entre a teoria e prática na obra de Lúcio Costa e aqui demonstrada. Nos casos de estudo apresentados, construir e viver fazem parte de um mesmo risco.

O caso das superquadras de Brasília poderia apontar para uma atitude impositiva do arquiteto e encerrar-se nessa identidade. Mas a proposição de um caráter para uma sociedade que ainda não vivia o espaço não significava, na teoria que embasava a ação de Costa, um desprendimento com relação aos aspectos culturais. A compreensão ampla da tradição construtiva do Brasil, referencian-

do em sua trajetória até mesmo a tradição portuguesa que a influenciou, permite a elaboração de uma proposta inovadora que, ao mesmo tempo, condiciona e é condicionada pela vivência social.

O segundo caso de estudo apresentado, Alagados, antecipa no projeto as preocupações sociais que seguiriam a construção do espaço, caso fosse levada a cabo. De fato, a construção foi realizada em outro local, gerando as Quadras Económicas de Brasília, não abordadas sob este viés no trabalho proposto, por ter sofrido alterações e não corresponder ao contexto para o qual o projeto foi idealizado.

E finalmente em ambos os casos verificou-se um elevado grau de satisfação dos habitantes com os amplos espaços de uso coletivo em todas as superquadras estudadas, sejam elas situadas na Unidade de Vizinhança, sejam nas superquadras económicas existentes nas franjas do Plano-Piloto.

No projeto, para além da identificação de elementos construtivos tradicionais que se pudessem relacionar a uma nova linguagem, Lúcio Costa demonstra a intenção de unir o viver e o construir, nessa ordem; aponta para a necessidade de se caracterizar os moradores que se apropriariam do espaço, seus costumes e seu modo de morar, como etapa prévia à proposta de soluções arquitetónicas. Unifica, portanto, o entendimento da Arquitetura: como transformadora do espaço, transformada pelo espaço.

O debate sobre o papel social da Arquitetura e a atuação do arquiteto, iniciado no Brasil pelo Movimento Moderno, mantém-se atual a partir deste estudo, que propôs a reinterpretação da obra de Lúcio Costa. A relação entre o ser da arquitetura e a experiência de arquitetura mostra-se aqui indispensável. A transformação social que se pretendia e que ainda pretendem atualmente os arquitetos e urbanistas brasileiros, resultará da compreensão da intrínseca afinidade entre o viver e o construir/construir e viver o espaço.

Referências bibliográficas

- Amaral, Aracy (2003), *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira. 1930-1970, subsídios para uma história social da arte no Brasil*, São Paulo: Studio Nobel.
- Carvalho, Eduardo Teixeira de (2002), *Os Alagados da Bahia: Intervenções Públicas e Apropriação Informal do Espaço Urbano*, Salvador, Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – FAUFBA.
- Costa, Lúcio (2003 [1936]), Razões da Nova Arquitetura, in Xavier, Alberto (Org.), *Depoi-*
- mento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*, São Paulo: Cosac & Naify, pp. 39-52.
- Costa, Lúcio (1987), Brasília revisitada 1985/1987, *Revista Projeto*, volume s/n (nº 100), pp. 115-122.
- Costa, Lúcio (2010), *Arquitetura. Lúcio Costa*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Costa, Maria Eliza (2013), *Lúcio Costa, inventor de Brasília*, São Paulo: Escola da Cidade.
- Leite, Carolina e Ramos, Tânia Beisl (2012) “Expansão planejada de São Luís do Maranhão: uma proposta de desenho e de um modo de habitar de Lucio Costa”, in 4º Docomomo Norte-Nordeste – Arquitetura em cidades “sempre novas”: modernismo, projeto e património. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Maio 2012.
- Lima, Catiele Gonçalves (2013), *Intermezzos: reflexos do olhar atento e questionador de Lucio Costa*, Trabalho final de graduação, Sergipe, Universidade Tiradentes.
- Montaner, Josep Maria (2001), *A modernidade superada*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Nobre, Ana Luiza (2004) (org.), *Lucio Costa, um modo de ser moderno*, São Paulo: Cosac & Naify.
- _____ (2010) (org.), *Lucio Costa – Encontros*, Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Ramos, Tânia Beisl (2009), *Superquadra: vida suspensa*, Portal Vitruvius, *Arquitextos*, volume 10 (n. 112.04), p. s/n. , [periódico em linha] Consultado Dez. 2007]. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/27>
- _____ (2006) *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro*. 1. ed. , V.1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Silva, Maria Angélica da (1991), *Lucio Costa: as formas e as palavras*, Departamento de História, Dissertação de mestrado, PUC-Rio.
- Soares, Mateus de Carvalho e Espinheira, Carlos Geraldo D’Andréa (2006). *Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, Volume s/n, pp.5 7-65.
- Xavier, Alberto (2003) (org.), *Depoi-*